

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 14/2019

PROCESSO Nº 436/2019

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, Estado do Paraná, Inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.323/0001-24, com sede na Rua 6, nº 1030, centro, torna público, que fará realizar às **09h00 (NOVE) horas do dia 22 de AGOSTO de 2019**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, CONCORRÊNCIA, do tipo **MAIOR OFERTA**, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e de suas alterações subsequentes, para alienação do imóvel relacionado no item 2 deste edital.

1.2 A alienação do imóvel discriminado no item 2 deste Edital, foram precedidos de Avaliação por Comissão especialmente designada para este fim, através da Portaria nº 133/2019, e está autorizado pela Lei Municipal nº 31/2019, de 05/07/2019.

1.3 Os envelopes contendo a Documentação e a Proposta de Preços deverão ser entregues até às **09h00 (NOVE) horas do dia 22 de AGOSTO de 2019**, no Departamento de Licitação junto com a Comissão de Licitação, e os envelopes com a inscrição "A" em sua face, contendo a Documentação de Habilitação, serão abertos no dia **22 de AGOSTO de 2019, as 09h15min (NOVE horas e QUINZE minutos)**.

1.4 Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pela assinatura do TERMO DE RENÚNCIA, conforme modelo Anexo III, renunciando à interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, nesta mesma data, a abertura dos envelopes com a inscrição "B" em sua face, contendo a Proposta de Preço, das proponentes habilitadas.

1.5 Integra este edital, independentemente de transcrição os anexos contendo modelo de proposta, declaração de idoneidade e termo de renúncia.

1.6 Se no dia previsto não houver expediente no município de Mariópolis, transfere-se à sessão de entrega dos invólucros para o primeiro dia útil que se seguir, mantendo-se o mesmo horário.

1.7 É recomendada a leitura integral deste edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

2. DO OBJETO E DO VALOR MÍNIMO DO BEM

2.1 A presente licitação tem por objeto a alienação de bem imóvel público, para fins de instalação de indústria, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 31/2019. Vê-se a descrição abaixo:

ITEM	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	VALOR MÍNIMO (R\$)
1	Lote nº 02, Quadra 180 (cento e oitenta), com área de 4.531,36 (quatro mil quinhentos e trinta e seis metros quadrados e trinta e seis centímetros), objeto da Matrícula nº 9.166, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Clevelândia, Estado do Paraná, para fins de instalação de indústria.	67.970,40

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação todos os interessados, pessoa jurídica, que atendam às exigências do presente edital.

3.2 Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como aqueles elencados no art. 9º da Lei retro citada.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS INVÓLUCROS “A” e “B” E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO.

4.1 Os invólucros “A” e “B”, contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

a) CONCORRÊNCIA Nº 14/2019

INVÓLUCRO “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

NOME DO PROPONENTE
CNPJ Nº

b) CONCORRÊNCIA Nº 14/2019

INVÓLUCRO “B” – PROPOSTA DE PREÇO

NOME DO PROPONENTE
CNPJ Nº

4.2 A carta de credenciamento (modelo anexo I) ou procuração, com firma reconhecida em cartório, Cópia da cédula de identidade (RG) e Cópia do CPF do credenciado, **deverá ser entregue à Comissão de Licitação, na data de abertura dos envelopes “A”, caso o licitante encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório.**

5. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

O invólucro “A” deverá conter os seguintes documentos em 01(uma) via:

5.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, e/ou declaração de firma individual, com a(s) última(s) alteração(ões) ocorrida(s), e no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e,

5.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

5.1.3. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial do último exercício;

- b) Demonstrações contábeis;
- c) Termo de abertura do livro diário; e,
- d) Termo de encerramento do livro diário.

Obs: Os documentos acima deverão ser apresentados na conformidade da Norma Brasileira de Contabilidade T2 e T3, devidamente protocolados na junta comercial:

- O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário oficial, sendo que o balanço das Sociedades de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) independente(s); e,
- A qualificação econômico-financeira das empresas recém-constituídas que não disponham do primeiro balanço patrimonial poderão apresentar o termo de abertura do balanço e os balanços mensais para que sua situação financeira seja avaliada.

e) Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, fornecida pelo Distribuidor Cível (Cartório Cível), da Comarca da sede da licitante, expedida há menos de 60 (sessenta) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes A, B e C.

5.1.4 DECLARAÇÕES

- a) Declaração de Idoneidade com firma reconhecida conforme modelo no Anexo II.
- b) Termo de Renúncia conforme modelo no Anexo III.

5.2 Disposições Gerais Referentes aos Documentos:

5.2.1 Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade e poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por Servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

5.2.2 Será considerado pela Comissão, o prazo de validade de 60(sessenta) dias, a partir da data da respectiva emissão, para as certidões nas quais o mesmo não constar.

5.2.3 No caso de existirem, dentro do invólucro "A", cópia de documentos sem autenticação, a Comissão de Licitação poderá exigir a apresentação dos originais durante a sessão, para a devida autenticação.

5.2.4 A apresentação de documentos em desacordo com o exigido no presente Edital, implicará na inabilitação do licitante.

6. DA PROPOSTA

6.1 A Proposta de Preço – INVÓLUCRO "B", em 01 (uma) via, devidamente assinada pelo licitante ou por seu representante legal, redigida em português e impressa por meio mecânico ou informatizado, em papel timbrado da empresa, ou na falta deste, em papel branco, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas em todos os campos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e no modelo de proposta anexo e deverá conter:

- a) O valor total proposto para o item.
- b) Prazo de validade da proposta, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- c) O valor total proposto para cada item **não poderá** ser inferior àqueles constantes do valor mínimo previsto no item 2.1 deste edital, sob pena de desclassificação.

7. DO PROCEDIMENTO PARA ABERTURA DOS INVÓLUCROS "A" E "B"

7.1 Serão abertos os invólucros "A", contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes e procedida sua apreciação.

7.2 Serão consideradas inabilitados os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste edital.

7.3 Após a abertura dos invólucros "A", a Comissão de Licitação apreciará a documentação dos proponentes, comunicando a esses do resultado da habilitação, na mesma sessão e/ou através de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Licitador.

7.4 A Comissão de Licitação comunicará aos proponentes a data de abertura dos invólucros "B", com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, caso não se realize na mesma sessão.

7.5 Os invólucros “B”, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.6 Serão abertos os invólucros “B”, contendo a proposta de preço das proponentes habilitadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.7 Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos neste item, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

7.8 O Julgamento e classificação das propostas será de acordo com o estabelecido no item 8 deste edital.

7.9 Das sessões públicas desta Licitação lavrar-se-ão atas circunstanciadas, nas quais constarão os nomes das proponentes e outras ocorrências que interessarem ao julgamento da habilitação e da proposta de preço, devendo as mesmas ser assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e por todos os proponentes presentes.

7.10 Qualquer declaração, manifestação ou impugnação de proponente, desde que ocorrida no transcurso das sessões de recebimento e abertura dos invólucros, deverá obrigatoriamente, ser reduzida a termo e constar na respectiva Ata.

7.11 Nas sessões de recebimento e abertura dos invólucros da documentação e da proposta de preço, somente poderá fazer uso da palavra, rubricar documentos e propostas, apresentar reclamações, assinar atas e manifestar intenção de interpor recursos, o representante legal da proponente.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem decrescente dos preços apresentados, considerando-se vencedora a proponente que apresentar a **MAIOR OFERTA**.

8.2 Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público.

8.3 Após a divulgação do julgamento e decorrido o prazo recursal previsto em Lei, a Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.

9. DA TRANSFERÊNCIA E ESCRITURA PÚBLICA DO BEM

9.1 A transferência da propriedade e escrituração do bem dar-se-á após a integral quitação do valor licitado.

9.2 As despesas oriundas da transferência da propriedade e escrituração dos imóveis correrão por conta do licitante vencedor.

9.3 A licitante não poderá entrar na posse do bem sem que antes ocorra o pagamento do preço proposto e assinatura da referida escritura pública.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O Pagamento do bem imóvel adquirido pela licitante deverá ocorrer até o ato da assinatura da escritura pública de transferência.

11. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1 No que tange a impugnação do edital deverá ser observado o disposto no art. 41 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

11.2 Já quanto aos recursos deverá ser observado a previsão contida no art. 109, da Lei de Licitações nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Reserva-se ao Licitador, o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, esta licitação, visando à legalidade do processo licitatório ou interesse da administração pública respectivamente, através de parecer escrito e fundamentado, sem que caiba às licitantes direitos a indenização.

12.2 Reserva-se ao Licitador, o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.

12.3 Ao participar da presente licitação, a proponente assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo na forma da Lei, por qualquer irregularidade constatada.

12.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Clevelândia, estado do Paraná, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação.

12.5 Esclarecimentos complementares poderão ser obtidos no Setor de Licitações do Licitador, na Rua 6, nº 1030, Centro – telefone (0XX46) 3226-8100, no horário das 08h00 as 11h30min e das 13h00 até às 17h00, ou no e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br.

12.6 O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados, gratuitamente (em mídia digital), de 2.^a a 6.^a feira, das 08h às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na sede Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Divisão de Licitações, na Rua Seis, nº 1030, Centro, CEP: 85.525-000 em Mariópolis-PR, Portal Transparência e Site do Município www.mariopolis.pr.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3226-8100, e-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br.

13. DOS ANEXOS

13.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

- A) Anexo I: Carta De Credenciamento – Modelo;
- B) Anexo II: Declaração De Idoneidade – Modelo Para Pessoa Jurídica;
- C) Anexo III: Termo De Renúncia – Modelo;
- D) Anexo IV: Modelo Proposta De Preços;
- E) Anexo V – Minuta do Contrato;

Mariópolis, 18 de Mariópolis de 2019.

Neuri Roque Rossetti Gehlen
Prefeito Municipal
Examinei e Aprovo

ANEXO I - CARTA DE CREDENCIAMENTO - MODELO

(Nome ou razão social, endereço, telefone, e-mail e CNPJ)

PROCESSO Nº 436/2019

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do processo licitatório Concorrência nº 14/2019 sob a modalidade CONCORRÊNCIA, instaurado por esta Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

(LOCAL E DATA)

Pessoa Jurídica: (RG, CPF, assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida, carimbo do CNPJ)

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE – MODELO PARA PESSOA JURÍDICA

(NOME OU RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL E CNPJ)

PROCESSO Nº 436/2019

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS - PR

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório nº 14/2019, sob a modalidade CONCORRÊNCIA, instaurado por este Município, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, bem como, que nossa empresa não possui menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres e que não utiliza o trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(LOCAL E DATA)

Pessoa Jurídica: (RG, CPF, assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida, carimbo do CNPJ)

ANEXO III - TERMO DE RENÚNCIA – MODELO

(NOME OU RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL E CNPJ)

PROCESSO Nº 436/2019

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS - PR

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade CONCORRÊNCIA, nº 14/2019, por seu representante credenciado, DECLARA, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, RENUNCIANDO, assim, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

(LOCAL E DATA)

Pessoa Jurídica: (RG, CPF, assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida, carimbo do CNPJ)

ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(NOME OU RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL E CNPJ)

PROCESSO Nº 439/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitações

Referente Edital de Concorrência nº 14/2019

Prezados Senhores

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, nossa proposta de preços, para alienação de bem imóvel público, para fins de instalação de indústria, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 31/2019. Vê-se a descrição abaixo:

ITEM	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	VALOR (R\$)
1	Lote nº 02, Quadra 180 (cento e oitenta), com área de 4.531,36 (quatro mil quinhentos e trinta e seis metros quadrados e trinta e seis centímetros), objeto da Matrícula nº 9.166, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Clevelândia, Estado do Paraná, para fins de instalação de indústria.	

O valor total de nossa proposta de preços é de R\$ _____(_____).

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento das propostas pela Comissão de Licitações.

Atenciosamente.

(Local e data)

Pessoa Jurídica: (RG, CPF, assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida, carimbo do CNPJ)

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº. 436/2019

MINUTA DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL n° ____/2019 – GP

O Município de MARIÓPOLIS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Seis, n.º 1030, centro, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.995.323/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Neuri Roque Rossetti Gehlen**, brasileiro, casado, portador da CI/RG n.º 1.627.436 - 4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 086.373.690-49, residente e domiciliado na Rua 7, n.º 665, centro, CEP 85.525-000, na cidade de Mariópolis, estado do Paraná, a seguir denominado de MUNICÍPIO e, de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____ n.º _____, na cidade de _____, Estado do _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º _____ residente e domiciliado na cidade de _____ a seguir denominada ADQUIRENTE, têm entre si justo e contratada a promessa de compra e venda, com outras avenças, através do processo licitatório modalidade **Concorrência nº 14/2019**, segundo as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O objeto do presente contrato tem por finalidade a alienação de bem imóvel público, para fins de instalação de indústria, consoante autorizado pela Lei Municipal nº 31/2019, conforme descrição abaixo:

ITEM	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	VALOR (R\$)
1	Lote nº 02, Quadra 180 (cento e oitenta), com área de 4.531,36 (quatro mil quinhentos e trinta e seis metros quadrados e trinta e seis centímetros), objeto da Matrícula nº 9.166, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Clevelândia, Estado do Paraná, para fins de instalação de indústria.	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

I - Fazem parte integrante e inseparável do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujos teores são de conhecimento da **ADQUIRENTE**: ato convocatório, edital de licitação, especificações e memoriais, proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

O **MUNICÍPIO** receberá da **ADQUIRENTE**, pelo bem alienado a importância de R\$ _____, referente ao valor de 100 % do imóvel, daqui por diante denominado “Valor Contratual”.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O Pagamento do bem imóvel adquirido pela licitante deverá ocorrer até o ato da assinatura da escritura pública de transferência.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA E ESCRITURA PÚBLICA DO BEM

I - A transferência da propriedade e escrituração do bem dar-se-á após a integral quitação do valor licitado.

II - As despesas oriundas da transferência da propriedade e escrituração dos imóveis correrão por conta do licitante vencedor.

III - A licitante não poderá entrar na posse do bem sem que antes ocorra o pagamento do preço proposto e assinatura da referida escritura pública.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

I - Advertência por escrito;

II - Multa de 20,0 % (vinte por cento) do valor total licitado, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso;

IV - Suspensão do direito de licitar pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta;

V - A declaração de inidoneidade para licitar na Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

I - Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, alterações nas especificações quantitativas e qualificativas ou a juízo do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

I - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DO CONTRATO

I - A Administração indicará um gestor do contrato, correspondente, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

II - Será Gestor do presente contrato o Sr. Volnei Casagrande, cargo de Chefe de Gabinete.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

I - As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento do presente Contrato, perante o Foro da Comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da ADQUIRENTE que, em razão disso, é obrigada a manter nesta Comarca um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

II - Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Mariópolis, ____ de _____ de 2019.

Neuri Roque Rossetti Gehlen
Prefeito Municipal
Município

- Representante Legal
- Adquirente

Testemunhas

CPF/MF nº

CPF/MF nº